



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N. º 02-A/2017

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017

INICIADA ÀS 14 HORAS E 29MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 22 HORAS E 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	08
- ORDEM DO DIA.....	18
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	42
- ENCERRAMENTO.....	42

ACTA N.º02-A/ 2017**ABERTURA**

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - 2.ª Revisão Orçamental;
- 2.3** - Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano 2018 – Homologação da Acta/Relatório;
- 2.4** - Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo – Centro de Inovação Cultural da Covilhã – Homologação da Acta/Relatório;
- 2.5** - Orçamento para 2018, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.6** - Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Covilhã;
- 2.7** - Fixação da Derrama do ano 2017;
- 2.8** - Fixação do IMI para o ano de 2018;
- 2.9** - Participação Variável do IRS aos Rendimentos Auferidos em 2018;
- 2.10** - Relatório Final da última inspecção da IGAMAOT em irregularidades de processos de licenciamento;
- 2.11** - Constituição de Parcela de Terreno para Construção Urbana, sita na Quinta da Corredoura, Covilhã, a desanexar ao artigo n.º 2520 da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 565 de extinta Freguesia de São Pedro;
- 2.12** - Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Freguesias:
 - Teixoso e Sarzedo; Orjais; Cortes do Meio; Dominguiso; Cantar Galo e Vila do Carvalho e Peraboa;
- 2.13** - Eleição de quatro Representes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- 2.14** - Eleição de quatro Representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;
- 2.15** - Eleição de dois Representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Júri do Galardão Mulheres Notáveis;
- 2.16** - Eleição de um Representante das Freguesias e um Suplente para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 2.17** - Eleição de um Representante das Freguesias para integrar o Núcleo Executivo da Rede Social da Covilhã;
- 2.18** - Eleição de Representantes das Freguesias para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- 2.19** - Eleição de um Representante das Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil;
- 2.20** - Proposta de Cancelamento da Adesão à RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural;
- 2.21** - Minutas de Acordos de Execução com as Freguesias do Concelho da Covilhã.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhor António Paulo Pereira Ranito e Senhora Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha, Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Fausto Herculano Branco Baptista, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Carlos Alberto Morais Rosa (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início aos trabalhos, informou que a título excepcional, se ninguém se opusesse, iriam ouvir o Senhor Luís Garra, Presidente do Sindicato do Sector Têxtil da Beira Baixa.

Como ninguém se opôs, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Luís Garra. -----

--- O Senhor Luís Garra: “Em nome da Direcção do Sindicato Têxtil quero começar por agradecer, a Vossa disponibilidade para abrir, esta situação de excepção para podermos expor o assunto que nos cá trás.

Tivemos a preocupação de informar o Senhor Presidente da Assembleia, tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal que viríamos a esta Assembleia, hoje. Uma representação de Reformados dos Lanifícios e eu em nome deles quero explicar-vos os motivos por que aqui estamos, mas antes quero desde já informar que esta vinda era para ser antecedida de mais duas iniciativas: uma era uma deslocação em vigília ao Ministério da Saúde em Lisboa e uma outra que era colocarmos uma árvore de Natal cujos presentes eram as caixas vazias dos medicamentos, dos Reformados da Indústria de Lanifícios à porta da Câmara Municipal. Soubemos entretanto, porque o Senhor Presidente da Câmara teve a cortesia de nos fazer chegar informação suficiente, onde nos dizia que já tinha solicitado uma audiência ao Senhor Primeiro-Ministro, não se limitava a dizer anexou cópia dessa mesma missiva que foi enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, expondo a perspectiva que ele tem e que, creio eu, é acompanhada pela Câmara Municipal, pelos Excelentíssimos Senhores Vereadores sobre o problema do pagamento das participações dos medicamentos aos Reformados dos Lanifícios.

O que está em causa é uma coisa tão simples como esta: os Trabalhadores dos Lanifícios, enquanto trabalhadores no activo descontaram até 1984, acima daquilo que descontavam os demais Trabalhadores dos restantes sectores de actividade. Também as Empresas descontavam adicionalmente para o tal Fundo Especial do Pessoal da Industria dos Lanifícios. E, as Empresas, ainda hoje, descontam mais meio por cento, que as demais Empresas para este Fundo. E portanto nós quando este Governo tomou posse, tivemos a preocupação de endereçar ao Senhor Ministro da Saúde a nossa reclamação, que considerávamos justa e consideramos, de alterar a forma de pagamento das participações. As participações eram pagas através de reembolso aos Reformados. Isto é: os Reformados iam à Farmácia levantavam os medicamentos e pagavam e depois teriam que se deslocar aos Centros de Saúde para solicitar o reembolso, pelo qual esperavam, deviam esperar 30 dias mas não era a primeira vez que esperavam 90 e até mais dias. Isto criava problemas naturalmente aos Reformados, que têm reformas baixas e que numa situação de aflição tinham que desembolsar dinheiro para depois ficar à espera que viesse esse dinheiro. Nós tomámos a iniciativa de solicitar que esta participação fosse paga exactamente como todas as outras participações de medicamentos são pagas, isto é: os medicamentos são levantados na Farmácia e é a Farmácia que se encarrega de solicitar o reembolso ao Ministério da Saúde, um procedimento absolutamente normal. Acontece que por este benefício, por este desconto adicional os Reformados da Industria de Lanifícios tinham os medicamentos gratuitos, inteiramente gratuitos, a 100%, salvo aqueles que não são participados, mas todos os participados eram com participação a 100%. Qual não é o nosso espanto quando, o actual Ministério da Saúde - o Secretário de Estado já se demitiu - o Dr. Manuel Delgado, aproveitam a mudança de forma de pagamento de reembolsos, para introduzirem uma alteração que põe em causa o direito para o

qual os Trabalhadores descontaram. Que é: Teriam as comparticipações garantidas desde que os medicamentos fossem genéricos e sendo genéricos os mais baratos. Nós chamámos logo à atenção que isto era por em causa, invocando já agora a política do medicamento que foi aprovada na vigência do anterior Governo. Ora não se pode comparar o que não é comparável. Nós estamos perante uma situação excepcional, um direito excepcional que deriva de um desconto excepcional e não de um regime normal que esse sim, se deve aplicar a quem descontou normalmente. E, portanto, nós desde há um ano a esta parte temos vindo a insistir na necessidade de alterar esta formulação. Porquê? Porque o que acontece é que muito ou pouco, às vezes muito, os Reformados que tinham os medicamentos totalmente gratuitos passaram a ter que pagar alguma coisa.

O Ministério da Saúde tem assumido connosco compromissos que não cumpre, remete-nos para formulações de pareceres do INFORMED e nós estamos fartos de dizer que este não é um problema técnico, é um problema político, tão simplesmente político e portanto trata-se apenas e só de o Ministério da Saúde alterar a Portaria e passar a dizer, como dizia antes, como sempre disse, que os medicamentos são totalmente gratuitos, ou em alternativa, porque nós não temos uma atitude fechada relativamente à questão dos genéricos, porque também nós consideramos que provando-se que um genérico tem as mesmas qualidades terapêuticas que tem um medicamento de marca, e sendo o genérico mais barato deve ser consumido o mais barato, precisamente porque é preciso gerir bem os dinheiros do Estado, que são de todos nós, mas consideramos que estamos perante uma População envelhecida, que toda a vida consumiu determinado medicamento e como sabemos os factores psicológicos aqui contam muito, a simples mudança da caixa, da cor do medicamento, de tudo isso introduz elementos que põem em causa esta ideia de que faz bem, porque psicologicamente pode não fazer. Nós consideramos que quem tem que decidir e quem tem que dizer se o Reformado consome genérico ou não genérico é o médico e só o médico. E, portanto nós estamos aqui na Assembleia Municipal para uma vez mais vos sensibilizar, para uma vez mais dizer à Câmara e ao Senhor Presidente que nós estamos neste desafio, que é um desafio que já dura há um ano, mas nós temos esta característica de sermos corredores de fundo, nós não nos cansamos e dure o tempo que durar, enquanto esta situação não for resolvida, nós não desistimos de intervir, de exigir, porque não estamos a exigir uma coisa nova, não estamos a exigir um direito novo, estamos apenas a exigir que nos seja repostos um direito que sempre tivemos e para o qual descontamos. O que nós exigimos, no fundo, é que se faça justiça. E é isto que nós esperamos da excelentíssima Assembleia Municipal, da excelentíssima Câmara e renovo o nosso agradecimento por nos terem permitido expor de viva voz esta situação. Claro que não vou usar mais da palavra. Desejo-vos a todos Boas Festas, um Natal Feliz e que o Novo Ano seja um ano de sucessos para o nosso Concelho e para vocês individualmente considerados. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Dizer que me revejo integralmente nas palavras do Senhor Luís Garra. Tudo quanto disse corresponde à verdade. Na íntegra estamos efectivamente de acordo, desde a primeira hora que a vossa causa passou a ser a nossa causa. Disse e muito bem que a excepcionalidade deste direito deve ser reconhecida e dentro da excepcionalidade devem ser respeitados desde logo. E uma questão que com toda a clareza ai referiu: é o médico que tem a palavra, é o médico que deve dizer o que é que o doente deve ter como receita, ou seja quem prescreve sabe técnica e cientificamente aquilo que deve efectivamente ser receitado ao doente e não deve ser nenhum decreto, nem nenhum despacho, nem nenhuma lei a dizer que é isto ou é aquilo. E portanto é uma discriminação e é uma injustiça actuar dessa forma, por conseguinte estamos solidários, estamos imbuídos do mesmo espírito desde a primeira hora e por conseguinte vamos estar ao vosso lado.

Já tive oportunidade, informalmente, em duas ocasiões de falar com o Senhor Primeiro-Ministro sobre essa matéria, não tinha feito ainda formalmente. E, formalmente solicitei-lhe uma reunião. Sendo que ele me transmitiu que essa problemática deve ser tratada com a respectiva tutela e portanto tenho já agendado dia e hora – que é o dia 9 de Janeiro, às 15h00 – para uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Saúde para tratarmos esta mesma matéria, este mesmo assunto. Espero, faço votos talvez também com o espírito Natalício que ilumine ainda mais os nossos Governantes, lhes faça luz no sentido de fazerem justiça para com estes Reformados que descontaram mais, fizeram mais sacrifícios. As Empresas... há aqui também um esforço adicional por parte das Empresas que não só outrora como ainda hoje continuam a fazer esse esforço, um esforço que também tem que ser reconhecido e por conseguinte o que eu espero é que efectivamente os nossos apelos, a nossa vontade seja efectivamente concretizada e que não seja necessário encetar quaisquer acções de luta.

Sendo certo e também vos deixo aqui que em todas essas acções de luta o Presidente da Câmara da Covilhã estará ao vosso lado caso – não me passa pela cabeça que isso não venha a acontecer – mas caso não fosse atendido ter-me-ão ao vosso lado sempre a defender exactamente as vossas pretensões, porque são justas e porque são legítimas.

Não querendo voltara a usar da palavra até para não alongar esta excepcionalidade que eu também agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e já agora um pequeno parênteses também ele informalmente falou com o Senhor Primeiro-Ministro sobre esta matéria, portanto ouviu de viva voz de um médico qualificado e representa também, hoje não está aqui nesta veste, sendo ele Presidente de um Centro Hospitalar, ouviu de viva voz qual é que era a opinião dele sobre essa matéria e portanto também ele reforçou tudo quanto já foi conversado neste domínio e portanto agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia de a titulo excepcional fora da reunião formal da Assembleia e não sendo entendido esta vossa e nossa intervenção como sendo no Período de Intervenção do Público porque legalmente, regimentalmente só tem lugar no final da Assembleia, mas seria de facto injusto, era mais uma injustiça adicional estarem aqui à espera que terminasse esta reunião para poderem dizer aquilo que vos vai na alma e aquilo que efectivamente pretendem.

A todas e a todos um Santo Natal e que o próximo ano seja o ano de muitas realizações pessoais. E, que gozem com saúde a sua reforma, que quando tiverem que recorrer aos Serviços Médicos e tenham que levar para casa um receituário, levem aquele que o Médico entende que deve ser e

não aquele que qualquer Governante, independentemente do Partido ou de quem quer que seja, determine por decreto que assim é. A todas e a todos, Boas Festas.” -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 01-A/2017 DE 20 DE OUTUBRO

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 38 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PSD, PCP e IND) e 1 abstenção (Senhor Carlos Martins - Covilhã e Canhoso)**, não tendo participado na votação, de acordo com o disposto no número 3, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores: **Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Fausto Herculano Branco Baptista e Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael.** -----

Foi feita Declaração de Voto

- O Senhor Carlos Martins (Covilhã e Canhoso): “Abstive-me por uma razão muito simples, não recebi a acta.” -----

EXPEDIENTE

- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter iniciativas legislativas sobre "Programa de autoprotecção em caso de incêndio florestal e Campanhas de sensibilização e informação estratégicas e de proximidade destinadas a evitar a ignição de fogos florestais de acções humanas negligentes";
- Ofício n.º 90 da União de Freguesias de Casegas e Ourondo a remeter Moção, aprovada pelos Presidentes de Casegas e Ourondo, Sobral de São Miguel, São Jorge da Beira, Aldeia de S. Francisco de Assis, Barco e Coutada, Paul, Erada, Unhais da Serra e Cortes do Meio, sobre a plantação de eucaliptos e os impactos e consequências da espécie (invasora) no ecossistema;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter resposta do Ministério da Economia sobre “Contrato de Concessão de Exploração de Depósitos Minerais na Serra da Argemela”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter pergunta, formulada ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre “Situação de desigualdade entre Trabalhadores na RESIESTRELA”;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter as Propostas de Alteração ao OE/2018;

- Ofício n.º 107 da União de Freguesias de Casegas e Ourondo a remeter Moção conjunta, dos Órgãos Deliberativo e Executivo, "para Reposição das Freguesias Extintas por Agregação";
- Carta do Senhor Dr. Jerónimo Cunha Leitão a comunicar a renúncia ao Mandato;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter o Projecto de Resolução que visa promover a igualdade salarial entre mulheres e homens;
- E-mail do Instituto Nacional de Estatística – INE a remeter informação estatística sobre características socioeconómicas do Município da Covilhã;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter "Projecto de Resolução pela Defesa de um Serviço Postal Público, de Qualidade e Universal e a Reversão da privatização dos CTT";
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Projecto de Resolução - «Recomenda ao Governo a adopção de medidas para a defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo»;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Iniciativas legislativas apresentadas ao Governo sobre «Medidas de combate à seca»;
- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter pjr1204-XIII-Pela Defesa e Protecção Integrada da bacia hidrográfica do Tejo.

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Senhor Prof. Reis Silva (PCP) saudou os Reformados pela luta que estão a travar, que considera justa, e informou que, como sempre, podem contar com o apoio, solidariedade activa e intervenção dos Eleitos do PCP.

De seguida apresentou uma Moção sobre os Incêndios Florestais e referiu "o que está em causa não é a necessidade de mais legislação, antes a determinação de implementar a muita legislação existente e de assegurar os meios técnicos, financeiros e humanos para a sua concretização" (*doc. 01*). -----

--- Colocada à votação a **Moção sobre "Incêndios Florestais"** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro (DNCCP) teceu dois considerandos: "1.º - é evidente que há temas que são transversais à política, aos Partidos e às ideias que cada um preconiza.

E, há lutas que são lutas de todos. A Luta dos Reformados da Industria de Lanifícios é um desses temas - é um tema transversal, ultrapassa os Partidos, ultrapassa as diferenças ideológicas e une as pessoas - tal é a justeza da sua pretensão que eu não acredito que haja alguém que esteja contra esta legítima aspiração, que é uma aspiração muito antiga. Se bem me recordo já vem do ano de 1984, quando foi feita a introdução da taxa única, que o Estado não consegue, ou não quer, ou não pode, durante os sucessivos Governos que entretanto nos foram governando, resolver. Esta questão da comparticipação dos medicamentos, por parte dos Trabalhadores Reformados da Industria de Lanifícios, é de inteira justiça.

Da nossa parte, estaremos sempre convosco, disponibilizando-nos para aquilo que for necessário, porque é uma luta justa e específica das gentes desta Terra, porque a indústria de lanifícios é uma indústria que caracteriza e faz parte da história da Covilhã. Portanto, da nossa parte contem sempre com o nosso apoio, com o meu pessoal, dos membros da Bancada e de todos os Membros do Novo Covilhã;

2.º -Continuo a entender que deveríamos fazer uma alteração ao Regimento desta Assembleia, porque esta questão da intervenção do público, na minha perspectiva, não deveria ser o último ponto da Ordem de Trabalhos, mas sim o primeiro. Acho que é fundamental que as pessoas possam participar na Assembleia Municipal e possam participar logo desde a primeira hora. E, se este Regimento se mantiver, há-de haver Sessões que vão ser longas, acho que não é de elementar justiça obrigar as pessoas a estar aqui esse tempo todo.

Continuamos abertos Senhor Presidente, se assim o entender, para colaborar numa Revisão do Regimento.”

De seguida fez a sua intervenção e referiu: “... No passado dia 1 de Outubro os Covilhanenses optaram por um projecto que não foi o nosso... como democratas que somos, aceitamos tal veredicto cumprimentando os vencedores.

... Estamos atentos e procuraremos contrariar todos os actos demagógicos, discriminatórios, irresponsáveis e populistas, certo que a Assembleia Municipal deve ser um órgão de debate de ideias, mas também fiscalizadora da actividade camarária, no qual e tornamos a realçar, os covilhanenses confiem e se revejam” **(doc.02)**. -----

--- O Senhor João Vasco Caldeira (CDS-PP) referiu: “antes de começar a minha intervenção política queria mostrar a solidariedade do nosso Grupo de Eleitos, nas listas do CDS, com os Reformados do Sector Têxtil e as preocupações que aqui nos trouxeram hoje.”

Entende não ser necessário fazer uma alteração ao Regimento, considera suficiente fazer uma recomendação à Mesa, para que a intervenção do Público passe para a primeira parte da Reunião.

De seguida deu início à Intervenção Política: “Nas últimas Eleições Autárquicas a População do nosso Concelho expressou a sua vontade e deu ao Partido Socialista uma maioria no Executivo Camarário e uma maioria na Assembleia Municipal, não quer isto dizer que as demais forças políticas se podem abster do seu papel, nem que a maioria resultante desse acto eleitoral pode ser surda relativamente às demais opiniões ou truculenta na forma de governar...” **(doc.03)**. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro (PS): “Em nome da Bancada do Partido Socialista, quero prestar a nossa solidariedade à causa dos Reformados da Indústria dos Lanifícios. Quero reforçar, mais uma vez, e renovar o compromisso do Partido Socialista e desta Bancada de estar ao vosso lado nesta luta.

O Senhor Presidente da Câmara frisou, e muito bem, esta luta é a nossa luta! Não é só a vossa luta, é a nossa luta também!

O Partido Socialista e, nomeadamente o Partido Socialista na Covilhã, a Bancada Parlamentar na Assembleia Municipal estará convosco sempre e até às últimas consequências para que este problema seja resolvido.

Contem connosco! Seguramente contarão com esta Câmara, contarão com esta casa, contarão com esta maioria para que, independentemente de qual seja o Governo que esteja em funções, possamos levar a bom porto esta luta que é justa e que é de todo merecida e que não é nenhum favor que vos fazem, porque o vosso representante Luís Garra disse e muito bem ela decorre de um desconto excepcional que é feito nos vossos ordenados, ou que foi feito nos vossos ordenados.

E, portanto reiterar, como preâmbulo a esta minha intervenção política, esse engajamento e essa solidariedade perante vós.”

De seguida entrando na Declaração Política: “Eu quero, porque esta é a primeira Assembleia deste Mandato, felicitar todos os Eleitos desde os vencidos aos vencedores.

É o momento de todos encerrarmos as bandeiras eleitorais, ou as campanhas eleitorais e trabalharmos a favor da nossa Cidade e do nosso Concelho. Quero por isso desejar a todos um Mandato profícuo, um Mandato que independentemente das nossas divergências políticas ideológicas, que possam surgir, seja um Mandato com honradez, um Mandato com lealdade, com honestidade intelectual, para que juntamente possamos encontrar o melhor caminho para defender os interesses da nossa Cidade. Quero por isso a todos, sobretudo aos novos eleitos dar os parabéns e desejar as maiores felicidades.

Depois, e em termos políticos ainda, não podia deixar passar esta oportunidade para salientar duas questões simples, uma em relação à política Nacional e outra em relação à política Local. Em relação à política Nacional, não poderia deixar de vir a esta Assembleia, representando o Partido Socialista, regozijar por aquilo que têm sido os resultados da governação que é suportada, no Parlamento, por uma maioria de esquerda. E, os resultados da governação que sucedem a um Governo de direita que, durante quatro anos, fez gala e fez questão de relembrar, diariamente, aos Portugueses, que não haveria outra alternativa que não a austeridade cega, que não ao empobrecimento alegre das nossas Populações, conduzindo-nos a uma situação, enfim, de desemprego, a uma situação de miserabilidade que todos conhecemos.

Este Governo do Partido Socialista, liderado pelo Partido Socialista com o apoio das esquerdas, tem nestes dois anos e conseguiu nestes dois anos demonstrar, não só internamente aos Portugueses, que é possível outro caminho, que é possível governar de outra forma, que é possível cumprir os compromissos internacionais e aumentar a qualidade de vida dos Portugueses, como obteve e tem conseguido, como foi aliás recentemente visível com a eleição do Ministro Mário Centeno para Presidente do EUROGRUPO com isto dar de alguma forma uma lição à Europa, uma lição de que há outro caminho.

A política cega de austeridade que governou Portugal e que governou a Europa, nos últimos anos, é uma política que nos conduz ao definhamento, é uma política que acentua as assimetrias sociais, que aumenta a pobreza dos mais pobres e aumenta a riqueza dos mais ricos. Aquilo que este Governo está a fazer é demonstrar, na prática, que com responsabilidade, honrado aquilo que são os compromissos internacionais, em termos económicos e financeiros, nomeadamente com as agências de financiamento e de *rating* é possível termos uma vida melhor.

E, isto, meus amigos, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes é motivo de regozijo e eu não podia, em nome da Bancada do Partido Socialista, deixar de assinalar nesta Assembleia.

Em termos de política Local - saudar o Senhor Presidente da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia e, nessas duas pessoas, todas as equipas que eles representaram, pelo excelente e extraordinário resultado eleitoral que o Partido Socialista teve no passado 1 de Outubro de 2017. Eu espero Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, que este Mandato 2017- 2021 nos permita a todos, com outras condições em termos de maioria mas também com outras condições em termos de oposição, que todos juntos construamos um Concelho melhor. E, com o contributo individual, de cada um de nós, possamos colectivamente construir e honrar um futuro melhor para os nossos filhos. Muito obrigado.”-----

--- O Senhor Dr. João de Deus (PSD) referiu: “Congratulo-me por esta nova Assembleia e porque vamos começar hoje os trabalhos, como é de nossa responsabilidade. Iremos estar vigilantes em relação à actuação da Câmara e iremos fazer uma marcação serrada às suas promessas e aos compromissos que o Senhor Presidente da Câmara fez.”

Informou que gostariam que alguns dos seus compromissos, nomeadamente o retorno de algum capital às Famílias e o tornar mais atractivo o Concelho - quer a nível de IMI, quer de IRS - fossem concretizados. Assim como as Associações sem fins lucrativos, algumas IPSS’S e outras Associações Humanitárias, que contribuem para a melhoria da situação dos Cidadãos, fossem devidamente apoiadas. E, também, que fossem retomadas algumas das IPSS’S que há quatro anos deixaram de ser apoiadas, nomeadamente o Lar de S. José e a Associação Humanitária dos Bombeiros da Covilhã. Terminou dizendo: “Em linhas muito gerais, que façamos um bom trabalho. E, daqui a quatro anos, cá estaremos, para nos redirmos e sermos julgados por aquilo que fizemos nesses quatro anos.”-

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Carlos Martins (Covilhã e Canhoso) referiu: “relativamente à apresentação do assunto dos medicamentos para os Reformados, pelo Senhor Luís Garra, dizer-vos que podem contar com a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso para essa luta. Infelizmente alguns Reformados já não vão ter oportunidade de assistir a essa vitória, estou convencido que vamos ter essa vitória, é o caso, por exemplo, do Senhor Borges que faleceu esta semana e que era o sócio n.º 1 do Oriental de S. Martinho.

Senhor Presidente da Câmara, na função que ocupa, pode contar com a lealdade institucional do Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso. Mas, Senhor Presidente, enviámos-lhe 30 e-mails, desde a nossa tomada de posse, e só obtivemos duas respostas, uma delas a comunicar que as reuniões com a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso seriam agendadas oportunamente. Estive apenas numa reunião na Câmara Municipal da Covilhã. Eu tinha compromissos a partir do dia 28 de Novembro, ia estar fora da Covilhã, enviei dois e-mails a solicitar a antecipação e infelizmente não tive resposta. Assim, não!

Nessa reunião onde estive presente com todo o gosto, estavam o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador José Miguel e o Senhor Chefe de Gabinete Hélio Fazendeiro, foi-me transmitido que relativamente ao acordo de execução era apenas possível a Câmara aumentar em mil e poucos euros. Respeito a proposta do Município, mas não estou de acordo e em nome da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso apresentei uma proposta no valor de 200 mil euros para o ano de 2018, porque as receitas do Município, a maioria delas, são provenientes das receitas dos impostos (e é o IMI, é o IRS, é a DERRAMA) e é na União de Freguesia de Covilhã e Canhoso que estão a maioria das habitações, a maioria das viaturas, através do imposto de circulação, a maioria das empresas, a maioria das pessoas. E, nós dissemos ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vereador José Miguel e ao Senhor Chefe de Gabinete Hélio Fazendeiro, que estes 200 mil euros podiam ser divididos monetariamente, materialmente, logisticamente, ou através de cedência de recursos humanos, até hoje, nada!

Este é o único local onde nós podemos expressar os nossos sentimentos, as nossas propostas, mas também aquilo que estamos em desacordo.

Posso-vos dizer que nós estamos ainda a arrumar a casa, temos mais de 30 contratos ilegais na junta de freguesia, temos um contrato que foi celebrado no dia 1 de Outubro, no próprio dia das Eleições, foram doados equipamentos sem autorização do Executivo da Junta de Freguesia. Já solicitamos uma reunião urgente com o Senhor Presidente da Câmara, relativamente à situação das Senhoras que estão nas Escolas e nos Jardins de Infância.

Quero defender aqui a autonomia do Canhoso. Sim! Fiz parte da Comissão Instaladora, a Freguesia do Canhoso foi constituída no dia 20 de Junho de 1997, e a verdade é que o anterior Governo do PSD/ CDS, após a reorganização das Freguesias, acabou com esta Freguesia. E, portanto, quero dizer e peço ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a todos vós, que a gente venha a defender novamente a Freguesia do Canhoso e também as outras Freguesias do Concelho.

Nós temos que estar unidos, foi dito aqui. Sim, temos que estar todos unidos e é preciso reconhecer o trabalho de algumas pessoas, não apenas dos Presidentes de Câmara (que alguns até ainda falta serem homenageados, nomeadamente o Eng.º Jorge Pombo e o Dr. Carlos Pinto) mas também algumas pessoas que já passaram pela Universidade, o Prof. Queiroz, o Prof. Santos Silva, mas também o Zé Espanhol que foi um Cidadão da Covilhã e também o Luís Pedro que é funcionário da Câmara Municipal da Covilhã.

Quero agradecer o apoio logístico da Câmara Municipal da Covilhã, para o 24.º Prémio de Atletismo em homenagem ao Zé Espanhol; ter iniciado uma obra, por proposta nossa, de requalificação do caminho que dá acesso à Estação; a colocação de iluminação de Natal nalgumas artérias da nossa Freguesia, infelizmente não foram todas.

Não tenho medo das denúncias anónimas, dos insultos, da falta de educação. Estou determinado, estamos no bom caminho, apesar de só termos uma funcionária no quadro, estamos empenhados, fomos eleitos, temos que estar disponíveis, da minha parte tenho todo o tempo disponível. Podia enumerar aqui muita coisa, mas iniciamos a brigada de sapadores, estou muito feliz pelo CDC ter um novo piso, já realizamos dezenas de pequenas intervenções, no Parque Escolar, vamos avançar com o projecto mãos amigas, com as festas do bairro e dos vizinhos, recebemos novos residentes nomeadamente brasileiros e, termino por aqui.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “Uma saudação cordial a todos os que aqui estão e aos Eleitos, naturalmente porque neles o Povo confiou.

A Assembleia Municipal é o lugar de todas as vozes, de todas as razões, de Eleitos e Cidadãos. Esta é a última fronteira entre a decisão e a aplicação das políticas Municipais. Pela parte da CDU e do PCP, aqui estaremos com a nossa inteira disponibilidade, sem arrogância para debater ideias, para prosseguir o trabalho, cujo mote motivador é, a primeira vontade dos Cidadãos, viver com a dignidade a que têm direito. Como hoje aqui afirmaram, pela voz do Luís Garra, os Reformados do nosso Concelho, os Reformados dos Lanifícios.”

De seguida apresentou uma Moção de Solidariedade com o Povo Palestino **(doc.04)**. -----

--- Colocada à votação a **Moção de Solidariedade com o Povo Palestino** foi a mesma **aprovada por maioria, com 35 votos a favor (PS, PSD, PCP e IND) e 7 abstenções (DNCCP e CDS-PP)**. -----

--- A Senhora Dra. Joana Sardinha apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Morais Lourenço, ex. Presidente da Junta de Freguesia de Verdelhos **(doc.05)**. -----

--- Colocado à votação o **Voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Morais Lourenço** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio) manifestou o sentimento de tristeza e revolta da População, da União de Freguesias, que se sentiu discriminada pelo facto da reparação/alcatroamento da EM 513 não ter chegado ao Peso e Vales do Rio e perguntou para quando está previsto **(doc.06)**. -----

---A Senhora Dra. Rosália Rodrigues fez uma intervenção política: “Estamos hoje, aqui, reunidos, em época festiva, trazendo ao órgão máximo de deliberação do concelho, assuntos de suma importância...” **(doc.07)** -----

--- A Senhora Prof. Doutora Assunção Vaz Patto apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Rev.º Padre Cavaleiro, que serviu a Paróquia de S. Pedro nos últimos 30 anos **(doc.08)** e, uma Recomendação à Câmara para que defina o Regimento de Apoio às Associações do Concelho, a criação de uma Aplicação Informática que permita a ligação do Cidadão à Cidade e a Reestruturação da Habitação Social **(doc.09)**. -----

--- Colocado à votação o **Voto de pesar pelo falecimento do Rev.º Padre César Cavaleiro** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel informou que, ao abrigo do artigo 49.º do Regimento Interno, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra se associa ao Grupo Municipal do PCP, Partido pelo qual foi Eleito.

De seguida, apresentou uma Moção pela eliminação das Portagens na A23 e A25 **(doc.10)**. -----

--- Colocada à votação a ***Moção pela eliminação das Portagens na A23 e A25*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro “no âmbito da Declaração Política para tecer algumas considerações políticas: Senhor Deputado Luís Fiadeiro no que diz respeito à ordem de intervenção do público, é uma obrigatoriedade imposta pela Lei, mas eu enquanto Líder da Bancada do Partido Socialista nada tenho a obstar à intervenção do público, pelo contrário.

Queria sossegar o espírito do Senhor Presidente da Junta Rui Amaro, Roma e Pavia não se fizeram num dia, compreendo a sua ambição, compreendo a sua legítima reivindicação, naquilo que se trata das necessidades de pavimentação da rodovia da sua Freguesia. Infelizmente as rodovias do nosso Concelho estão no estado que todos nós conhecemos, seguramente os seus colegas Presidentes de Junta, todos eles têm reivindicações semelhantes. Infelizmente, quando o Partido Socialista chegou à Câmara em 2013, não só tínhamos uma rodovia, um sistema rodoviário capilar, nomeadamente nas Freguesias, absolutamente degradado como não tínhamos, nem dinheiro para contratar os serviços de reparação, nem máquinas para o fazer.

Eu quero-lhe dizer que nos últimos quatro anos, o Partido Socialista conseguiu, de alguma forma, recuperar a capacidade operacional na Câmara Municipal, dotando de meios e de máquinas uma Brigada de alcatrão, que já não existia, ou que já não funcionava há alguns anos. E, eu tenho certeza absoluta, como já indicou o Senhor Presidente da Câmara, que esta estratégia de pavimentação e de reparação das Estradas Municipais vai continuar. Quero-lhe dizer e por isso sossegando o seu espírito, e dos seus Fregueses de Vales do Rio e Peso, que seguramente a estrada e as rodovias da Freguesia de Peso e Vales do Rio estarão nesse plano de trabalhos e seguramente irão ser feitos agora, como compreenderá não é possível fazer tudo de uma única vez. E também descansando de alguma forma e comentando aquilo que é a intervenção do meu Camarada Carlos Martins, Senhor Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, eu também compreendo muito bem as reivindicações justas que ele faz. Bom, entende que deveríamos ter 200 mil euros do Orçamento Municipal alocados à União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, é justo. Isto é dos 600 ou 600 e tal mil euros, que são distribuídos para todas as Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da União de Freguesias entende que um terço devia ser para ele. Eu compreendo as suas justas reivindicações, porque no fundo ele está eleito para defender os seus Fregueses, mas eu não posso deixar de fazer aqui um pequeno apontamento que tem a ver com uma questão de solidariedade, aqui acho que nos envolve a todos, nós não podemos andar em Lisboa a clamar por uma solidariedade interterritorial, isto é não podemos andar em Lisboa a dizer que queremos que os grandes centros, que acaba por ser nos sítios onde se paga mais impostos, onde tem mais pessoas, onde há mais receita fiscal, mas não podemos dizer que queremos também, apesar de não termos tanta receita fiscal, nestas áreas deprimidas do Interior que queremos a solidariedade do Poder Central e depois vir aqui exigir, por via da dimensão da Freguesia que temos, uma parte substancial daquilo que é o bolo distribuído a todas as Freguesias. Eu acho que o Partido Socialista, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo que aprovaram o exercício de orçamento Municipal fizeram-no dentro de um conjunto de critérios que são claros, que são transparentes. Seguramente são todos eles, nomeadamente das Juntas de Freguesia, todos os Acordos de Execução, são garantidamente inferiores às necessidades de todos os Presidentes de Junta, não tenho dúvida disso. Mas são garantidamente superiores àquilo que é a possibilidade e a disponibilidade financeira da Câmara

Municipal. E, portanto eu entendo e teremos oportunidade, mais à frente, de discutir isso no Orçamento. Eu entendo que é um bom exercício Orçamental, que esta Câmara e este Executivo estará de parabéns quando hoje nesta Assembleia, como assim espero, aprovarmos este Orçamento que, evidentemente fica aquém daquilo que são as expectativas de cada um dos Senhores Presidentes de Junta, mas seguramente permitirá cumprir aquilo que é a função de desenvolvimento de que todos estamos imbuídos.” -----

--- O Senhor Rui Amaro (Peso e Vales do Rio): “Eu primeiro queria questionar o Senhor Chefe de Gabinete... ah desculpe, não - o Senhor Representante do Partido Socialista, é que eu não sei qual é que foi a condição em que me respondeu.

No entanto quero-lhe dizer que, reconheço o trabalho que foi feito pela Câmara Municipal com o alcatroamento da Estrada Municipal 513, não tenho dúvidas sobre isso, mas como fui eleito para defender a minha Freguesia Peso e Vales do Rio, estou aqui para defende-la, seja em que momento for. E, daí dizer que, a mesma, continua com a falta de intervenção, que espero seja feita o mais breve possível, como me foi transmitido pelo Senhor Presidente da Câmara num contacto telefónico. Portanto, apenas quero que fique marcado e que... pronto fiquei estupefacto porque não sei qual é que foi a condição que me respondeu, porque eu quando fiz a intervenção foi ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- O Senhor Carlos Martins (Covilhã e Canhoso): “Para responder ao Senhor Deputado Municipal do meu Partido e dizer o seguinte - nessa reunião na Câmara Municipal da Covilhã, no Gabinete do Senhor Presidente, o Senhor Chefe de Gabinete Hélio Fazendeiro estava presente. Eu até estava preocupado, porque a única coisa que ouvi da parte do Senhor Chefe de Gabinete era a sua respiração e eu estava muito preocupado sinceramente. Por outro lado não venha aqui o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro a tentar que os Presidentes das outras Freguesias comecem a pensar que o Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso está aqui a querer o quê? O que é justo!

Portanto, Senhor Eleito nas Listas do PS oiça com muita atenção - não é assim que se lá vai, não!” -

--- O Senhor Dr. Jorge Fael é só um pedido de esclarecimento ao Deputado Hélio Fazendeiro. “Como deve lembrar-se, eu também sou do tempo dessa Assembleia Municipal que mencionou, da privatização da água, um triste episódio da vida democrática da nossa Cidade, sobre o qual ainda hoje sofremos as consequências desse negócio absolutamente ruinoso para a Cidade, para o Município, para as Famílias e as Empresas. Mas o pedido de esclarecimento vai no sentido de saber da disponibilidade da Bancada do Partido Socialista para, em sede de Revisão do Regimento, poder incluir um período de intervenção do Público no início da Sessão da Assembleia Municipal, uma vez que há *n* Assembleias Municipais que contemplam dois períodos de intervenção do público, justamente para permitir que quem trabalha possa vir ao final do dia fazer a sua intervenção e quem eventualmente tem mais disponibilidade poder intervir no início dos trabalhos, uma vez que a nossa sessão da Assembleia Municipal começa a um dia de semana a partir das duas da tarde.” -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro: “Bom, há uma coisa que eu queria dizer ao Senhor Deputado - eu prezo-me por durante a minha vida, e já tive responsabilidades políticas, ter sido sempre coerente. E, acho que não haverá ninguém que me possa acusar de incoerência. Certamente a coerência é uma coisa que é adstrita a cada um, que a assume conforme a entende nos diversos lugares e nas diversas funções para o qual foi eleito, ou para o qual está representado.

Agora há uma coisa que eu lhe digo: ensinaram-me que quando nós pretendemos criticar alguém, esse alguém deve aqui estar presente.

O Senhor fez ai referência a uma Assembleia, que eu não me recordo se estive ou não estive presente, portanto levanta-se-me esta questão, mas há uma coisa que eu tenho que lhe dizer: quem nesse tempo, se bem me recordo, era o Presidente da Mesa da Assembleia, era o Dr. Carlos Abreu. E ao Dr. Carlos Abreu, tenho que lhe dizer, não conheço que haja alguém que lhe tenha criticado o que quer que seja em termos da conduta do andamento das Sessões e da forma como sempre conduziu esses trabalhos, não conheço. E, como a pessoa aqui não está para se poder defender, eu acho que não é muito correcto da sua parte estar aqui a chamar um assunto relativamente a alguém, quis-se referir a mim mas indirectamente referiu-se a alguém, que não se pode defender. Mas há uma coisa que eu aqui lhe quero dizer, faço aqui a defesa do Dr. Carlos Abreu, sempre, na forma como conduziu as Sessões desta Assembleia.

E, por outro lado, relativamente à questão da água - se é ou não é privatizada - não vamos discutir isto juridicamente, porque não é este o local. Como sabe a questão da água tem dois vértices: em alta é 100% municipalizada; em baixa temos 51%!” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “quero começar por dizer que todas as minhas intervenções não são fulanizadas. Isto é, não são nenhum ataque pessoal a nenhum dos Senhores Deputados, ou a nenhum dos Senhores Presidentes de Junta.

Todas as minhas intervenções políticas nesta Assembleia visam sempre, por um lado e em primeiro lugar, enfatizar aquilo que é a minha opinião política sobre um determinado assunto, ou a opinião da minha Bancada e em segundo lugar, como é o caso, enfatizar aquilo que são as divergências de opinião política sobre os assuntos e nunca contra as pessoas com quem, aliás todos nesta sala, tenho a melhor opinião e a melhor relação e consideração pessoal. Depois quero dizer ao Senhor Presidente da Junta que a minha consideração foi apenas política, na qualidade de Líder da Bancada do Partido Socialista, ouvindo e escutando aquilo que era a preocupação legítima do Senhor Presidente de Junta Rui Amaro, eu quis-lhe dizer que em nome do Partido Socialista, que é o Partido que suporta esta maioria na Câmara, que estou certo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal vai honrar o compromisso e vai prosseguir com aquilo que é o plano de requalificação e conservação das Estradas Municipais.

Dizer só ao Senhor Presidente da União de Freguesias Carlos Martins, meu camarada e amigo, que não foi nenhum ataque pessoal, foi apenas a constatação política de um facto, que me parece, é evidente que não quis colocar ninguém contra ninguém, nem enfatizar outra coisa que não fosse um facto político, que a mim pessoalmente, me parece relevante.” -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael esclareceu o Senhor Dr. Luís Fiadeiro: “essa triste Sessão da Assembleia Municipal foi Presidida, não pelo Dr. Carlos Abreu, mas pelo Deputado Municipal Vítor Rebordão.”

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. João José Casteleiro Alves, informou que foram retirados os Pontos **2.6- Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Covilhã e 2.20- Proposta de Cancelamento da Adesão à RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural** da Ordem de Trabalhos, por Proposta da Câmara Municipal.

Dando de seguida, início ao Período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: “ainda sobre as intervenções do tempo anterior, o Senhor Deputado Hélio disse, no início da sua intervenção que era uma intervenção política, normalmente nas intervenções políticas não há questionamentos, não há perguntas, não há contestação. Portanto é a prática, podíamos ter avançado um pouco mais no tempo e na Ordem de Trabalhos.

Quanto à Informação Escrita, é uma Informação que se caracteriza no essencial para a organização, a estrutura da máquina Municipal e a sua articulação com as Freguesias. Mas não identifiquei se o Senhor Presidente da Câmara fez a proposta, ou não, da atribuição de Pelouros, responsabilidades, aos Senhores dois Vereadores que não fazem parte da maioria. Aquilo que se questiona é: se não houve vontade do Senhor Presidente, ou porque os Senhores Vereadores não aceitaram? Porque, penso que o Executivo Municipal é um colectivo onde todos e cada um, pouco ou muito, a tempo inteiro, ou meio tempo, ou sem tempo inteiro, devem ter responsabilidades e áreas de actuação.

No Gabinete de Apoio, verifico que temos um Chefe, que não é um Coordenador. Temos um Chefe e um Coordenador, um é chefe e não coordena e o outro coordena, mas não é chefe. Portanto, não sei se estamos aqui perante dois Gabinetes distintos, o Gabinete de Apoio Pessoal e o Gabinete de Apoio ao Presidente, penso que se deveria clarificar bem esses dois Gabinetes, porque pelo menos na informação não estão bem definidas, digamos as áreas de actuação de cada Gabinete. A mim parece-me tudo muito semelhante e, a querer dizer a mesma coisa.

Por erro, ou lapso referem a alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, quando deveriam referir a alínea a) do mesmo número e artigo. Fico muito admirado, porque isto não é uma questão de somenos importância, tem a ver com o Município que tem mais ou menos de 50 mil eleitores e, portanto, permite ter mais gente, ou menos gente, no órgão de apoio, ou nos gabinetes de apoio ao Presidente.

Penso que deveriam, pelo menos, alterar as referências que fazem ao Regime Jurídico e à Lei. Verifico, por último, que a Câmara continua a delegar nas Juntas de Freguesia competências na área do pessoal, dos assistentes operacionais afectos a Jardins de Infância – caso de Orjais e Peraboa e outros em funções de apoio às actividades lectivas e não lectivas, assim como o pessoal necessário ao serviço de refeições e prolongamento de horário, em várias Freguesias, sem garantir a legalidade da contratação, ou seja o concurso e a celebração de contrato. Aliás, já aqui hoje foi referido, pelo Senhor Presidente da Junta da Cidade que identificou algumas ilegalidades, a esse nível, que têm a ver, não com o contrato em si, mas pelo facto de ter existido, ou não concurso prévio para esse contrato. Penso eu que passa por aí, já que a contratação de pessoal a esse nível, como o Senhor Presidente da Câmara sabe, sempre existiu o carácter excepcional da Lei, na Lei do Orçamento de Estado e na Lei da Execução Orçamental para a contratação de pessoal nas áreas delegadas pela Administração Central na Administração Local. Portanto não estamos a falar em ultrapassar as limitações contratuais definidas pela própria Lei do Orçamento de Estado.

Falou-se aqui numa iniciativa, numa acção sobre sustentabilidade dos solos, que foi realizada entre a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Cortes do Meio, a questão que coloco é se vão alargar essa intervenção às áreas onde, de facto, houve incêndios no Concelho, e falo na zona Erada, Paul, Barco e Coutada, ou se ficamos só por uma amostra, ou para as televisões filmarem, ou se de facto é uma iniciativa que tem sustentabilidade, que tem continuidade e que abrange todo o território que foi vítima, ou que sofreu estas situações dos incêndios?

Estou solidário com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, porque não se entende, não se compreende, nem a População entende a discriminação clara e objectiva que houve em período eleitoral naquele troço, por coincidência Vales do Rio e Peso praticamente ficou no limite, a ausência da pavimentação e dessa requalificação em período eleitoral. Dando a ideia, até à População, que não tendo o Partido Socialista Candidato naquela União de Freguesias não se pavimenta a via, se não foi essa a intenção, pelo menos foi aquilo que pareceu e dá pelo menos razão, ou pelo menos leva as pessoas a deduzir que foi um acto político, aquilo que aconteceu e aquilo que se verificou.

Dizer, também que de vias degradadas está o Concelho cheio, é evidente que umas vêm de anteriores Mandatos, de anteriores Executivos, mas não nos podemos esquecer que durante os anos elas se vão degradando e é necessário fazer a sua manutenção. E falo aqui na via Paul, Ourondo, Casegas, Sobral de São Miguel, Pedras Lavradas, que é uma via que necessita, com urgência, de intervenção. E eu, infelizmente, não vi no plano de actividades e orçamento qualquer referência específica a esta via.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “Deixar aqui as felicitações ao Senhor Presidente da Câmara pela forma inteligente, equilibrada como distribuiu os Pelouros pela sua Equipa, como é evidente o PS concorda com essa distribuição, entende-a ajustada e pertinente. De tal maneira pertinente que passou um pouco mais de um mês e já se notam os efeitos dessa distribuição de Pelouros e do acerto dessa distribuição de Pelouros. Na verdade, a Câmara está a funcionar e está a funcionar bem e está a funcionar na área das urgências, no sentido de que já se nota a intervenção da Câmara Municipal na contenção dos efeitos dos incêndios deste Verão. E, deixar também aqui assinalado o bom trabalho feito pelo Vereador que tem o Pelouro dessa matéria, nota-se e nota-se ostensivamente,

mas também se nota o trabalho da Vereação na organização do Natal deste ano, é um Natal diferente, é um Natal ostensivo e é um Natal participativo.

E nota-se também na área das finanças, porque vamos agora discutir a seguir um Orçamento que é um Orçamento positivo, assertivo, mas positivo que dá esperança aos Covilhanenses, uma vez que abre a porta ao investimento e à melhoria das condições de vida e à sua própria qualidade de vida. Isto pode também servir de mote aquilo que também quero dizer que é o segundo ponto desta minha intervenção que já aqui foi afluída a questão relativamente à matéria da água e à matéria da Barragem e eu estava ali sentado e a pensar – bom, a barragem é uma necessidade, a barragem deve existir, mas a questão da barragem já se discute há 20 anos. E, há 20 anos que mais não se tem feito do que se discutir a barragem e discutir a questão da água. Eu sou daqueles que pensam que a água é um assunto estratégico para o Concelho da Covilhã, mas já foi há muitos anos e continua a ser. Aliás do meu ponto de vista é o assunto por excelência da Covilhã, porque é a pérola, é a galinha dos ovos de ouro do Concelho da Covilhã, não temos outro recurso tão bom, tão estratégico como a água, no Concelho da Covilhã. E, portanto muito me admira que se venha aqui, na primeira Sessão desta Legislatura falar de água e falar de Barragem, quando há vinte anos atrás, a esta parte, nada foi feito, não foi apresentado um único ponto de alguma estratégia com pés e cabeça relativamente à questão da água. E a única força política que efectivamente tem uma estratégia, sabe o que quer, sabe para onde vai relativamente à questão da água é efectivamente o PS. Isto já se notou no anterior Mandato do PS na Câmara Municipal. Foi a única força política que apresentou ideias concretas para o aproveitamento da água! Provavelmente muitos de nós estarão esquecidos, eu não estou. Foi o PS que pôs em cima da mesa um aproveitamento racional da água, além do consumo. Foi! Não houve outro! Estou a referir-me efectivamente ao aproveitamento hidroeléctrico da água. Alguém se lembrou disso antes? Alguém pôs isso em cima da mesa antes? Aqueles que cá estiveram desde o 25 de Abril? Alguém o fez? Aqueles que dominaram a Autarquia 20 anos fizeram-no? Não! Foi o PS! O PS é a única força política que tem estratégia definida para a questão da água e portanto o PS sabe o que está a fazer, o Presidente da Câmara sabe o que quer, sabe para onde quer ir, sabe os passos que deve dar e isto é uma garantia do sucesso para os Covilhanenses. Os Covilhanenses vão ter água! Os Covilhanenses vão ter um recurso deles, um recurso deles que podem utilizar da melhor maneira possível e que é um elemento referenciador relativamente aos outros Territórios. Portanto não se venha agora de repente falar de água e falar de barragens quando se tem o Mundo a fugir debaixo dos pés.

Senhor Presidente deixo aqui os meus cumprimentos e as felicitações do Partido Socialista uma vez que a equipa que constituiu é a equipa certa e adequada para orientar nestes próximos quatro anos o destino da Covilhã e do seu Concelho e desejo-lhe e à sua equipa a melhores felicitações e aproveito para desejar a todos um óptimo e Feliz Natal e umas entradas auspiciosas no Novo Ano.”

-O Senhor Dr. Luís Fiadeiro pediu esclarecimentos: “Meu Caro Colega Pina Simão há pouco mencionou, na sua intervenção, que o Partido Socialista era a única força que tinha uma estratégia definida para a água.

Eu pergunto-lhe: em 2012, se a memória não me está a atraiçoar, havia um projecto aprovado para a construção da Barragem das Cortes e foi feito também um estudo hidroeléctrico, não sei se tem conhecimento, ou não?!

Por outro lado, toda a questão relacionada com as Empresas Municipais, como se deve recordar, obedece também a uma estratégia Municipal, também ela relacionada e relativa à água, como naturalmente não pode olvidar isso, não é? Porque se não fosse essa estratégia provavelmente estaríamos inseridos num outro sistema Multimunicipal com as consequências daí decorrentes, nomeadamente com a enorme dívida existente. A questão é se de facto esse projecto, já que mencionou essa falta de estratégia, se tem conhecimento do que é que aconteceu a esse projecto que estava aprovado com todos os pareceres para a construção da Barragem? “-----

- O Senhor Dr. Pina Simão: “Senhor Deputado Luís Fiadeiro efectivamente houve aí um projecto e houve aí um procedimento concursal, só que por incompetência política, de quem estava na altura a exercer os cargos políticos, o tal procedimento que estava aí a correr, teve que ser anulado sob pena de daí advirem responsabilidades, além de políticas, pessoais de quem estava a liderar o procedimento.” -----

--- O Senhor João Vasco Caldeira: “antes de mais eu não vi a Barragem em ponto nenhum da Informação Escrita do Senhor Presidente, tivemos o tempo para as intervenções políticas puderam falar nessa altura, acho que vão atrasar a Ordem de Trabalhos e eu gostava de poder chegar a casa um bocadinho mais cedo e não ficar aqui *ad aeternum*, como os possíveis cinco dias que falou o Deputado Carlos Martins.

Em relação à Informação Escrita queria só salientar duas coisas: há aqui muitas delegações de competências, algumas delas em Membros desta Assembleia vinha por isso solicitar que nos informasse, de forma escrita, acerca das funções atribuídas ao Chefe de Gabinete e ao seu Adjunto, para depois podermos tomar diligências sobre isso; outra situação que há aqui é que vejo muita delegação de competências no Senhor Presidente e aquilo que nos informa na sua Informação Escrita é aquilo que nos chega das Reuniões de Câmara. Compreendo que há forças políticas que aqui estão, que não estão representadas no Executivo que é bom que sejam informadas, mas acho que com tanta delegação de competências que existe, na figura do Presidente da Câmara e nos seus Vereadores a informação devia ser mais alargada e aquilo que referi na minha intervenção inicial da qualidade de informação tinha que ver com isso.” -----

--- O Senhor Sílvio Dias (Peraboa): “só queria confrontar aqui uma questão, o Senhor Prof. Vítor Reis Silva, falámos aqui no caso de Peraboa, relativamente ao regime de tarefas, estamos a falar de recibos verdes, prestação de serviços. Parece-me que é consensual pelas Juntas de Freguesia todas, parece-me também que é de bom-tom frisar, que são mais-valias para todas as Juntas de Freguesia. E dizer que, para mim, a única irregularidade que me parece que possa haver, era anteriormente aquilo que acontecia a nível de contratações para mapa de pessoal, haver contratação de serviços, sem concursos. Agora, o regime de tarefas parece-me consensual, perante todos os Presidentes de Junta que aqui estão.

Foi falado em Peraboa, o caso de Peraboa, por isso é que eu estou a fazer esta intervenção, mas parece-me que é consensual, perante todos os meus colegas de Junta, que os regimes de tarefas. Estamos perante uma situação que é de bom-tom, é bom para a Freguesia e é bom para nós, também como Presidentes de Junta que temos o apoio da Câmara neste sentido.” -----

--- O Senhor Fausto Baptista: “é um prazer e uma honra passado 4 anos voltar a esta casa. Não era para fazer uma intervenção neste ponto, mas ouvindo o que disse o Deputado Dr. Pina Simão, falou aqui em nulidade do processo da Barragem, que foi nulo, foi o que disse toda a gente ouviu. Gostava que nos informasse porque é que foi anulado, é que ninguém tem conhecimento porque é que foi anulado. Depois também duas coisas: que eu saiba há um estudo hidroeléctrico, havia um estudo hidroeléctrico, havia a aprovação do Tribunal de Contas. É o que é público, mostrem que é mentira. Depois outra coisa todas as implantações dos reservatórios efectuadas até agora, já foi a pensar na barragem, na sua construção. Se foi a pensar é porque havia estudos, havia projectos, portanto não foi o PS. Ninguém vai tirar o mérito a quem fizer a obra, a obra é de interesse Municipal, é de interesse Concelhio, é de interesse de todos os Covilhanenses, se for o PS a faze-la, nos daremos os parabéns, conseguiu fazer a barragem de que tanto necessitamos.

Depois, Senhor Presidente de Junta Sílvio Dias, não é consensual que os Presidentes de Junta gostem de ter tarefas com recibos verdes. Enquanto fui Presidente de Junta tinha, porque ninguém quer ter o ónus de ficar com esses funcionários. As Juntas de Freguesia aceitam os Protocolos que a Câmara faz para terem as funcionárias das suas Localidades, senão a Câmara tem que abrir concursos para empregar pessoas para essas funções. Seria bom que fosse com contrato mesmo de trabalho, todos os Presidentes de Junta gostariam disso no exercício das suas funções, todos os Deputados Municipais gostariam que isso acontecesse no Concelho, não teríamos a precariedade de trabalho. Fala-se aqui muito de precariedade de trabalho, mas também o que nós queremos é que as coisas funcionem. Os Presidentes de Junta fazem o esforço para que isso funcione, porque se conhecerem as pessoas que vão a fazer o serviço, elas são escolhidas, as Juntas de Freguesia escolhem as pessoas para essas funções e depois vão com recibos verdes, mas não é consensual. Não acredito que seja consensual, se perguntar aos seus colegas com certeza todos querem que haja contrato de trabalho, ninguém quer que haja recibo verde. É a forma mais simples de no fim do contrato que estabelece com a Câmara, no Protocolo, dizer à tarefa: pode ir de férias que está por sua conta.” -----

--- O Senhor Carlos Martins (Covilhã e Canhoso): “relativamente à intervenção do Membro desta Assembleia João Vasco quanto à duração das Sessões, nós temos um Regimento e eu referi-me ao Regimento.

Relativamente à informação escrita, em relação à competência quanto à aprovação e pagamento de aquisição de bens e serviços... que decorram das suas áreas... não exceda os 50 mil euros está apenas delegado no Senhor Vereador José Miguel. Então e o Senhor Vereador José Armando, a Senhora Vereadora Regina Gouveia, o Senhor Vereador Jorge Gomes, estão em regime de permanência e têm Pelouros atribuídos, como é que eles fazem? Vão ter que andar a pedir sempre ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador José Miguel Oliveira? Assim não! Isso não os ajuda também a desempenhar as suas funções cabalmente.

Vou aprovar a delegação de competências nas freguesias, quando lá chegarmos, a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso mandou no 5 de Dezembro um pedido de reforço de recursos humanos para a Escola do Refugio e certamente por esquecimento ou por falta de tempo não está contemplado para hoje ser aprovado nesta Assembleia, coincidência, coincidência!

Relativamente à água – eu não esqueço o passado, mas agora estou concentrado no presente e no futuro. Portanto, é assim Senhor Presidente da Câmara tem aqui um Presidente de Junta e um Cidadão disponível para ajudar a resolver o problema, não apenas da barragem, mas o contrato que temos com o Privado, porque quero lamentar o seguinte: o Administrador Privado, que tem 49%, enviar uma carta para o Vereador Senhor José Miguel a chamar a atenção sobre o caudal que existe na barragem e chamar a atenção, para se fazer uma prevenção, para se fazer pouco uso da água. Então é assim? O Senhor Administrador Privado é que manda uma carta da ADC para o Vereador? Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis obrigado e tudo o que é de bom. Obrigado pela reunião que fez, há pouco tempo, relativamente a uma intervenção que foi necessária. Assim sim. Assim vale a pena trabalhar, pragmatismo, pragmatismo, trabalhar, decidir. Mas também é bom dizer o seguinte, já conversamos sobre isso Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis, logo de início o Senhor Vereador teve a gentileza de mandar os cumprimentos para o meu e-mail pessoal, mas dizer o seguinte nós enviámos um email para o Senhor Vereador José Armando que não recebeu, porque esta Junta apesar de só ter uma funcionária no quadro e uma pessoa a tempo inteiro queríamos também apresentar a candidatura relativamente à questão que teve a ver ultimamente com esta intervenção agora na Bouça e também na Covilhã. Obrigado.” -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (Boidobra): “única e exclusivamente para uma questão que aqui foi levantada, o meu colega Sílvio Dias da Junta de Freguesia de Peraboa referiu a consensualidade relativamente à situação das trabalhadoras dos Jardins de Infância e das Escolas. Em primeiro lugar a Junta de Freguesia de Boidobra assume que há muitos anos tem contratos a termo certo e a tempo parcial com as funcionárias que estão nestas condições, sabendo nós que isto não resolve o problema e que o problema deve ser resolvido e já o aqui trouxemos, às 80 pessoas que estão nestas condições e que deve ser resolvido pela Câmara Municipal, pela sua integração no quadro do pessoal e isto é muito claro, nem teria que haver delegação de competências. A Câmara Municipal teria uma bolsa de pessoas e em caso de faltas, baixas elas eram substituídas naturalmente por essa bolsa e portanto este é o caminho e esta é a solução.

A questão que se prende aqui é: os recibos verdes que actualmente existem, nós temos aqui colocado e o PCP tem votado contra à Delegação de Competências especificamente para os recibos verdes, porque são ilegais, porque é trabalho subordinado, é trabalho que tem um horário e portanto não pode existir e depende de cada um dos Presidentes de Junta, de nós todos, acabar com isso. A outra questão que acontece é que estes contratos de trabalho existentes na Junta de Freguesia de Boidobra e na União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, também não resolvem o problema, por causa da questão do regime de contrato de trabalho em funções públicas. Mas a questão, sobretudo que tem que se colocar, é quanto é que essas trabalhadoras recebem no final do ano, líquido, de uma maneira e de outra? Esta é que é a pergunta que a gente deve fazer.

Ou é dar o cabaz de Natal de 25€? O que é que isso resolve? Uma funcionária com 2 horas e meia no final do ano são mais mil e 200 euros líquidos que entraram na conta bancária dela, o que significa mais 25% daquilo que ela recebe a recibos verdes e essa é que é a questão central, quem é, que a gente está a prejudicar?

1.º Isto não é consensual;

2.º Podia haver a reivindicação das Juntas de Freguesia perante a Câmara para aumentar, porque a Câmara não ia dizer que não, numa fase transitória para aumentar as verbas transferidas, porque estamos a falar de 210€ líquidos, com situações que a gente sabe de não pagamento a tempo e horas, com dificuldades de tesouraria que se dizem com pessoas a terem que pagar a participação da Segurança Social da parte delas. Isso é que está em causa.

Uma última pergunta qual é que foi o número apontado pela Câmara Municipal à DGAL do inquérito que houve relativamente aos precários na Função Pública, relativamente a estas trabalhadoras.” --

--- O Senhor João Vasco Caldeira: “Queria só responder ao Colega Carlos Martins que a referência que fiz, ao tempo que levamos aqui, não tem que ver com a minha disponibilidade para este cargo, porque quando me candidatei sabia ao que vinha e também tenho memória, sabemos aquilo que aconteceu no passado com outras pessoas. Agora era apenas uma referência para que os trabalhos fossem conduzidos de forma mais célere e que as intervenções fossem feitas no devido tempo.” ---

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “sendo esta a primeira reunião formal após as Eleições ocorridas no dia 1 de Outubro, não podia deixar de os felicitar a todos por terem assumido tão nobre missão, que é a do serviço público, de fazermos todos o melhor que sabemos e podemos na defesa do interesse público.

Sendo que o mais importante é aquilo que nos une e não aquilo que nos separa.

E, o que nos une é o desenvolvimento da nossa Cidade, do nosso Concelho, das nossas Freguesias, Vilas e Aldeias, independentemente das nossas opções ideológicas ou político-partidárias, isso é o fundamental. E, que divirjamos, que discutamos, que troquemos opiniões com mais ou menos contundência, dentro dos limites da boa educação e daquilo que é razoável, encantados. É assim que funciona a Democracia, é isso que eu proponho, é isso que eu defendo. E, estou certo, Senhor Presidente, que assim vai ser e desde logo Vossa Excelência é a garantia de que assim será, no funcionamento deste Órgão, porque pela sua ponderação, pela sua forma de estar na vida e também, agora neste momento, na vida política, mas a sua conduta pessoal di-lo, pelo equilíbrio, pela equidade, pela justeza com que assume as suas posições e aqui irá fazer sempre uma condução isenta, objectiva e o mais pragmática possível destes trabalhos. Sendo certo e que todos nós temos sempre especial tolerância quando somos neófitos temos que ser uns com os outros e Vossa Excelência também não obstante a grande experiência de vida e também de condução de reuniões este tipo de reuniões é ligeiramente diferente daquelas a que está habituado a Presidir, mas a verdade é que tenho a certeza que serão conduzidas sempre com essa superioridade com que nos habituou da sua maneira de estar na vida.

Indo *al grano* como diz o espanhol e comungando muito aqui do que disse agora nesta frase o Senhor Deputado João Vasco Caldeira, sejamos o mais objectivo e pragmático possível.

Informou e respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- No Peso e Vales do Rio não houve qualquer tipo de discriminação.

Foram feitos dois tipos de intervenção: colocação e estabilização definitiva de pavimento com massa betuminosa e regularização de pavimento com a aplicação *deslurry-seal*.

A União de Freguesias de Peso e Vales do Rio carece de uma intervenção mais profunda “logo que o tempo o permita, com toda a probabilidade na próxima Primavera, será intervencionada essa estrada”;

- Tarefeiras – claro que nos preocupa a situação de precariedade, já no anterior Mandato fomos regularizando alguns contratos, menos do que os que gostaríamos de regularizar.

Temos inscrita uma verba no Orçamento, meio milhão de euros, para no próximo ano regularizarmos uma parte substancial de contratos de tarefeiras que estão em situação precária. Mas havendo tanta preocupação, que é legítima, que é natural, por parte dos Senhores Presidentes de Junta, digo-vos que estou a ponderar e muito seriamente a Câmara avocar estas competências e ser a Câmara directamente a gerir e a contratar esse pessoal para aliviar os Senhores Presidentes de Junta de tão penosa e tão dura tarefa relativamente a essa mesma gestão. Eu tento colar-me na veste de Presidente de Junta e interrogo-me se era essa a melhor solução, ou não. Bom, vamos ponderar. Não estou a dizer que assim será, mas digo-vos que estou a ponderar seriamente fazermos essa gestão directa do pessoal e com toda a equidade, nivelando pelo mesmo rasouro e aliviar os Senhores Presidentes de Junta de tão árdua e penosa tarefa que é de estarem sempre preocupados com a questão das tarefeiras;

- Sustentabilidade dos solos - tendo tido conhecimento que havia a nível Nacional cinco experiências piloto, imediatamente contactei o Senhor Secretário de Estado das Florestas para que no nosso Concelho fizéssemos uma intervenção de experiência piloto. Foi aquela que foi levada a efeito e foi divulgada pelos órgãos de Comunicação e designadamente os órgãos de Comunicação Nacionais, até incluindo as televisões e deu-se primazia a dois sítios, a duas Freguesias onde os fenómenos decorrentes da erosão se podem fazer sentir de forma mais acentuada na sequência dos incêndios. Como sabem os dois fenómenos mais gravosos são as escorrências para as linhas de água e as infiltrações das linhas de água, que depois caminham para os Rios e Albufeiras onde a água depois é tratada. Aliás, eu fiz questão de o referir numa reunião da CCDR em que vi gente de Lisboa a torcer o nariz e eu fui dizendo os Senhores não se esqueçam que em Lisboa bebem água da Barragem de Castelo de Bode e o Rio Zêzere vai lá ter, sendo que no nosso caso concreto as escorrências que possam ocorrer vêm contaminar as águas. E daí esta iniciativa da minha parte de contactar o Senhor Secretário de Estado das Florestas para que deixasse que a Covilhã fosse uma das cinco experiências piloto, a nível Nacional e foi-o com sucesso.

E, ao mesmo tempo também aliviar e sossegar os Senhores Presidentes de Junta, todas as Juntas foram já objecto de uma candidatura abrangendo todos os Territórios onde houve incêndios.

Na Covilhã, logo no primeiro dia de chuva, houve um deslizamento de terras no acesso da Rotunda do Rato para Santo António, daí o facto de termos feito essa intervenção, porque há um declive muito acentuado e na Freguesia de Cortes do Meio, porque efectivamente é daquelas que tem a orografia porventura mais complicada do nosso Concelho;

- Barragem – dizer sem qualquer paixão, com toda a objectividade, que este assunto tem que ser desdramatizado, tem que ser tratado sem a carga, ou partidária, ou das acrimónias, ou das questões pessoais e devemos tratá-la como uma questão que a todos nos deve unir. Certamente o que faltou no passado, não é nenhuma crítica que não possa e não deva ser feita, foi envolver todas as pessoas na resolução dos problemas. E, na ânsia de porventura fazer as coisas de determinada forma se excluiu do diálogo, que deve ser transversal, quem se deve incluir, que são todos. Este fenómeno de seca extrema ou seca severa vai de certeza absoluta repetir-se ao longo dos próximos anos, o efeito estufa não é ficção científica, Portugal tem temperaturas no Verão mais altas neste momento do que a média do mediterrâneo, é um fenómeno complicado eu não sou especialista na matéria

limito-me a difundir aquilo que os cientistas falam a este propósito, há um acentuadíssimo aumento da temperatura que se prevê que aumente ainda mais nos próximos anos, a precipitação vai diminuir, também de forma gravosa nos próximos anos e portanto o que temos que fazer é aproveitar o recurso único que temos na nossa Serra que é água quase em estado puro, como sabem basta um bocadinho de cal para que ela fique com o PH regularizado e ela fica em estado puro sem necessidade de grandes tratamentos. E por conseguinte dizer que obviamente que temos um lugar para a Barragem, obviamente que existem estudos feitos para a localização da barragem, obviamente que estamos a trabalhar nesse assunto. Ainda no passado dia 14 estive reunido com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, para este mesmo efeito, o Governo está sensibilizado. Devo dizer-vos também com a mesma lealdade e frontalidade que não sentia por parte, quer do anterior Governo, quer deste, que esta questão fosse um imperativo, falavam, diziam que sim, acenavam com a cabeça, mas depois deste inesquecível Verão tudo vai mudar a este nível e estou absolutamente convencido que obteremos por parte do Governo da Republica ajuda para construirmos a albufeira a que temos direito, para que tenhamos água em abundância e com qualidade e que não tenhamos nunca que recear caso as secas se prologuem.

A localização obviamente que é na Ribeira das Cortes e o que estamos a propor ao Governo da Republica é que se faça um projecto, um em dois ou dois em um, que é a concepção e construção do projecto. Portanto temos ideias muito claras, estamos a trabalhar nesse sentido e a localização é como vos digo na Ribeira das Cortes a jusante daquela que inicialmente estava prevista. Devo dizer-vos desapaixonadamente e com toda a frontalidade e eu vou trazer os documentos, eles já foram distribuídos mas há pessoas que, não será certamente por maldade, se esquecem de correspondência que foi trocada entre o Presidente da ICOVI e o POVT e a Senhora Directora do POVT com quem mantive várias conversas, logo no início do Mandato me advertiu que estávamos com problemas, havia problemas. Eu sei que há muita gente que embala no argumento de que havia visto do Tribunal de Contas. Não basta visto do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas pode dar visto a uma obra que nós queremos executar, mas se ela não puder ser executada de que nos vale o visto do Tribunal de Contas? E esse era efectivamente o nosso problema, o relatório de conformidade ambiental não cumpria as exigências ditadas pela Lei. E vou, na próxima sessão, ou antes disso, enviar a todos os Senhores Deputados Municipais aqui presentes, mais uma vez essa carta, a resposta, a correspondência que foi trocada com estas Entidades para que não haja duvidas nenhuma.

Aliás, na altura foi distribuída, logo no início do Mandato, essa mesma carta, em Janeiro, faz agora quatro anos, que eu entreguei essa carta aos Senhores Deputados Municipais e aos Senhores Jornalistas, mas não tenho problema nenhum, está em arquivo e eu faço-vos chegar, porque é que a Barragem não pode, infelizmente, ser construída naquele sítio.

E, portanto a verdade é esta, nós não podíamos entrar por ali adentro e faça-se a barragem.

Não é assim! Nós estamos num Estado de direito, onde há regras, há Leis que têm que se cumprir. Não é uma questão de vontade ou de boicote ou disto ou daquilo, fomos claramente avisados do seguinte: oh os Senhores reprogramam o vosso projecto, que era a albufeira e as condutas adutoras com os respectivos reservatórios, ou então *ficam a ver Braga por um canudo*.

Ou então, lançávamo-nos na aventura de entrar por ali adentro e depois a conformidade ambiental não existia e o financiamento não vinha. Mais devo dizer-vos que também da Europa, incluindo Comissários Europeus, estiveram envolvidos neste processo e desaconselharam exactamente esta solução, tal como estava gizada naquele contexto e portanto que não haja duvidas, que não haja intoxicações da opinião pública. Eu não quero estar aqui a culpabilizar ninguém e portanto o importante é a gente avançar.

A propósito de água, no nosso Concelho a água não é cara, o que é caro é o tratamento em alta dos afluentes e há uma empresa, toda a gente fala na ADC e na ICOVI, mas há uma que toda a gente esquece que se chama Águas da Serra, onde a Covilhã tem teoricamente 30%, mas na prática não tem lá nada, porque na altura se optou por receber antecipadamente os lucros dessa Empresa, que seriam recebidos ao longo dos anos e por conseguinte nós hoje podíamos ter à semelhança de outros Municípios. Sabem quanto é que os Municípios pagam por tratamento m3 de esgotos? Pagam 0,54! E, nós na Covilhã 1.17! Este negócio dita toda a diferença, mais ele é tão mais grave, sob o ponto de vista das consequências, quando é certo que partiu do pressuposto, na altura em que foi celebrado este contrato, que a Covilhã não tinha 50 ou 52 mil habitantes mas tinha 62. Isso não corresponde à verdade e também nesse pressuposto foi celebrado o negócio e portanto como vêm as coisas não são assim tão claras, pelo contrário neste caso até são um bocado nublosas, porque nunca ninguém explicou esta coisa como deve ser e portanto ela deve ser analisada com frieza, com objectividade, desprendimento porque é assim que estas coisas têm que efectivamente ser tratadas.” -----

2.2 – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6856 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva referiu que esta Revisão não é para integrar receitas extraordinárias, mas para reduzir/ anular acções previstas e não concretizadas em 2017. Vão votar contra porque se trata de um mero exercício de engenharia financeira, para aproximar aquilo que está orçamentado da realidade existente; João Vasco Caldeira referiu que já todos perceberam que se trata de um mero exercício financeiro para garantir uma maior taxa de execução, mas o que os preocupa é, por exemplo, saber o que aconteceu com as verbas inscritas referentes ao Orçamento Participativo, se são esquecidas e se as vontades das pessoas ficam na gaveta. Esperam que o próximo Orçamento não seja sujeito a duas revisões e a três alterações.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os Orçamentos não são documentos estáticos. São documentos que têm que se ajustar à realidade.

De seguida, o Senhor Dr. Júlio Costa, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a pedido do Senhor Presidente da Câmara, informou que “a gestão orçamental é uma actividade que não é estanque, obriga a uma monitorização constante ao longo do ano para a tomada das diferentes decisões, nomeadamente ao nível da arrecadação, quer na receita, quer na efectivação da despesa.

Quando elaborámos o Orçamento foi com base no conjunto de premissas conhecidas à data da sua elaboração.

Nós, quando elaborámos o Orçamento para 2017, elaborámo-lo com três meses de antecedência, relativamente ao final do ano, o que acarreta, desde logo, uma maior dificuldade na elaboração. No planeamento da situação financeira do Município houve grandes atrasos ao nível da execução dos projectos Comunitários.

Dado os atrasos constantes, que vamos tendo, na execução do Orçamento, tivemos que eliminar as rubricas, que já temos a certeza, que até ao final do ano, os projectos não vão ser executados.

Portanto, não faria tecnicamente sentido ter pendurado no orçamento rubricas que não poderão ser executadas.

Como sabem, o capital social do Fundo de Apoio Municipal é detido 50% por parte do Estado Português e os outros 50% por parte das Autarquias. Em resultado disso houve a arrecadação de dividendos por parte do Fundo de Apoio Municipal e foram redistribuídos - foi-nos comunicado no mês de Novembro a redistribuição desses Fundos - para podermos começar a arrecadar a receita.

Não podemos arrecadar receitas que não estejam previstas no Orçamento. E, daí a necessidade de abrir essa rubrica, caso contrário não poderíamos arrecadar as receitas. Os restantes ajustamentos são meros ajustamentos menores, mas que advêm da normal gestão Autárquica que decorre ao longo do ano.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **2.ª Revisão Orçamental** foi a mesma **aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS e IND), 3 votos contra (PCP) e 9 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Dr. Luís Fiadeiro: “O nosso Grupo Parlamentar entendeu abster-se. Não temos nada contra a explicitação técnica, mas não tendo participado, nem aprovado o Orçamento inicial, não tinha lógica estarmos a emitir uma opinião, seja favorável, seja contra, num documento cujo original nós não participámos. Daí a razão de ser do nosso sentido de voto.” -----

- Senhor Prof. Reis Silva: “Chamava a atenção para reforçar o nosso voto contra, porque dizer-se, afirmar-se que foi só nos grandes investimentos - tipo o investimento previsto para a Escola Secundária Frei Heitor Pinto - é redutor, porque na leitura e na análise das rubricas onde se anulou, verifica-se que há projectos que a Câmara Municipal se propunha fazer e que não fez. Claro que chegaram a esta altura: vamos anular, porque não conseguimos fazer.

Há o serviço de refeições, há prolongamentos de horários, há investimentos na educação, há investimentos no desporto, que não foram feitos, ao longo do ano, na execução orçamental. Chega-se ao final do ano retira-se, porque não estão lá a fazer nada.

Portanto, este tipo de revisão, também demonstra muito da falta de eficácia e da falta de realização da própria Câmara Municipal, que tem os meios, têm os orçamentados e não consegue concretizá-los.

Continuamos com muitas dúvidas que a Lei das Finanças Locais permita esse tipo de Revisão. Nós consideramos que as Revisões Orçamentais, enfim, é um instrumento que está à disposição da Câmara, mas quando existem situações extraordinárias que não estavam previstas.” -----

2.3 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PAR O ANO DE 2018 HOMOLOGAÇÃO DA ACTA/RELATÓRIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6848 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva referiu que à semelhança de anos anteriores vão votar favoravelmente, porque esta contratação permite à Câmara fazer face a despesas de Tesouraria; Dr. Luís Fiadeiro referiu que vão votar contra, porque foi dito pelos actuais responsáveis que tinham feito uma boa gestão financeira e inclusive diminuído o passivo, pelo que não vêem lógica na contratação deste empréstimo que irá aumentar o passivo. O Senhor Presidente da Câmara informou que o facto de terem reduzido substancialmente o passivo, no anterior Mandato, não significa que tenham pago tudo. Porém não deve ser confundida, esta situação, com a situação de estabilização da Tesouraria, para o ano corrente. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano 2018 - Homologação da Acta/Relatório** foi a mesma **aprovada por maioria, com 34 votos a favor (PS, CDS-PP, PCP e IND), 4 votos contra (DNCCP) e 4 abstenções (PSD e IND)**. -----

2.4 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO – CENTRO DE INOVAÇÃO CULTURAL DA COVILHÃ - HOMOLOGAÇÃO DA ACTA/RELATÓRIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6846 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor Dr. Luís Fiadeiro referindo que vão votar favoravelmente, por se tratar de um empréstimo que se insere num projecto que apoiam, desde a primeira hora - Teatro Cine e a sua remodelação – e por haver a necessidade de fazer a cobertura da participação Nacional. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratação de Empréstimo a Médio e Longo Prazo – Centro de Inovação Cultural da Covilhã - Homologação da Acta/Relatório*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 40 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. -----

2.5 – ORÇAMENTO PARA 2018, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, MAPAS DE PESSOAL, ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO, E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto: nas alíneas a) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, através do ofício n.º 6858 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Carlos Martins referiu que vai votar favoravelmente; Prof. Reis Silva “... O resto das ações/projetos transitam de planos e orçamentos anteriores quer por compromissos e dívidas em liquidação quer pela sua não execução por ausência de financiamento comunitário ou, ainda, porque tiveram uma taxa de execução pouco

significativa em anos anteriores...” (**doc.11**); Doutor António João Rodrigues “... é um orçamento de continuidade com o qual não nos identificamos. Com este orçamento em 31 de Dezembro de 2018 estaremos na mesma situação em que hoje nos encontramos.” (**doc.12**); João Vasco Caldeira manifestou o seu voto contra, indo ao encontro da posição tomada pelo Senhor Vereador Dr. Adolfo Mesquita Nunes na reunião de Câmara; Dr. Nuno Pedro “... O orçamento que o Executivo vem apresentar a esta Assembleia é, claramente, motivo de regozijo para todos os Covilhanenses, é-o certamente para o Partido Socialista e para este Grupo Parlamentar, pois representa uma enorme evolução no que diz respeito aos orçamentos anteriores...” (**doc.13**) e o Senhor Presidente da Câmara informou que este é um orçamento de obra. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Orçamento para 2018, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos** foi a mesma **aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS e IND) e 12 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Carlos Martins (Covilhã e Canhoso): “Votei favoravelmente o Plano e Orçamento, porque os meus Fregueses também precisam desses contributos, apesar de não estar completamente de acordo”. -----

2.6 – ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

--- Assunto retirado da Ordem de Trabalhos. -----

2.7 – FIXAÇÃO DA DERRAMA DO ANO 2017

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6843 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Carlos Martins (Covilhã e Canhoso) referiu que vai votar favoravelmente, mas alertou para o prejuízo que vai causar ao Município, este aumento, em termo de competitividade; Fausto Baptista referiu que discordam em absoluto da proposta (**doc.14**); Dr. Pina Simão referiu que o PS vai votar favoravelmente, esta proposta, por ser necessário e por ser obrigatório por Lei; Prof. Reis Silva referiu que irão votar contra caso se mantenha a introdução da nova taxa de 0,1%, para as Empresas que têm um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000,00€, que lhes parece injusta e incorrecta; Dr. Jorge Fael referiu que sempre foram a favor da aplicação desta taxa, que sempre entenderam que é um instrumento de fiscalidade local, que as Autarquias devem assumir como um instrumento de suporte a uma política de fiscalidade que promova a base económica local e que, particularmente, sirva de fomento e de apoio aos micro e pequenos negócios. E é nesta perspectiva que defendemos a isenção, permitida pela Lei, para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150 000,00€. É fundamental que esta isenção se mantenha!

Aliás, os micro e pequenos empresários, que votaram no PS, não ficarão nada satisfeitos, nem os potenciais empreendedores, porque fala-se tanto em empreendedorismo e depois o sinal que damos é completamente inverso: vamos taxar e vamos tributar. Não percebemos esta medida e naturalmente discordamos dela. O Senhor Presidente da Câmara informou que este aumento só está a ser levado a efeito por ser uma obrigatoriedade legal, caso contrário não o faria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação da Derrama do ano 2017 em 1,30% e para os sujeitos Passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ fixar o valor da Derrama em 0,1%** foi a mesma **aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS e IND) e 12 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Prof. Reis Silva - Bancada do PCP: “É só dizer que estamos perante um enorme aumento de impostos, é aquilo que se verificou, hoje aqui. As Famílias e a População do Concelho vai ser penalizada com estas decisões.” -----

- Senhor Dr. Pina Simão - Bancada do PS votaram a favor (**doc.15**). -----

2.8 – FIXAÇÃO DO IMI PARA O ANO DE 2018

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6836 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Fausto Baptista referiu que discordam em absoluto da proposta **(doc.14)**; Dr. Pina Simão referiu que o PS vai votar favoravelmente; Prof. Reis Silva referiu que irão votar contra e disse: há aqui um aumento, resultante da proposta da Câmara. Mas como sabe, Senhor Presidente da Câmara, o IMI pode ser utilizado como instrumento no âmbito do Povoamento do nosso Concelho, porque se podem diferenciar diferentes zonas do Concelho. Assim como se podem majorar situações de proprietários de casas degradadas, em núcleos habitacionais. E, este instrumento não está a ser utilizado pela Câmara, já o referimos em anos anteriores, a Câmara está a perder aqui uma oportunidade de utilizar não só, para penalizar quem temos que penalizar, mas também favorecer e isentar ou diminuir a taxa para quem, por sua iniciativa, proceda à recuperação de imóveis; Dr. Jorge Fael referiu que o IMI penaliza as famílias e quem foi empurrado para a compra de habitação. As famílias são proprietárias, não por escolha própria, mas muitas vezes por inexistência de opções. O IMI é uma receita muito importante das Autarquias e nós não fugimos a essa regra, mas esta é a via mais fácil para ir buscar receita. Estas propostas têm a nossa discordância a não ser que a Câmara reveja a sua posição, até porque é contraditória, depois com o IMI familiar. A nossa posição é conhecida, nós discordamos da atribuição do IMI familiar, porque preferiríamos que a descida do IMI abrangesse a generalidade das famílias e o Senhor Presidente da Câmara informou que se trata de imperativo legal. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do IMI para o ano de 2018 - Prédios Rústicos - 0,80%; Prédios Urbanos - 0,38%; Prédios Urbanos devolutos há mais de um ano e Prédios em Ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em Diploma próprio – elevada ao triplo; Prédios Urbanos Degradados – majorada em 30%; Prédios Rústicos com áreas florestais em situação de abandono – majorada ao dobro, não podendo resultar uma colecta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido; Redução Fixa, ao abrigo do disposto do artigo 112.º-A do CIMI, nos seguintes termos: 1 Dependente a Cargo - 20€; 2 Dependentes a Cargo - 40€; 3 ou mais Dependentes a Cargo - 70€ - foi a mesma aprovada por maioria, com 30 votos a favor (PS e IND) e 12 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP).** -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Prof. Reis Silva: “Estamos perante um enorme aumento de impostos e a População do Concelho vai ser penalizada com estas decisões.”-----

- Senhor Dr. Pina Simão - Bancada do PS votaram a favor **(doc.15)** -----

2.9 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS AOS RENDIMENTOS AUFERIDOS EM 2018

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6840 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva referiu que vão votar favoravelmente; Fausto Baptista (**doc.14**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Participação Variável do IRS aos Rendimentos Auferidos em 2018 – 5%** foi a mesma **aprovada por maioria, com 33 votos a favor (PS, PCP e IND) e 9 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Dr. Pina Simão - Bancada do PS votaram a favor (**doc.16**). -----

2.10 – RELATÓRIO FINAL DA ÚLTIMA INSPECÇÃO DA IGAMAOT EM IRREGULARIDADES DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Novembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea o), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5944 de 2017.11.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi tomado Conhecimento. -----

2.11 – CONSTITUIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO URBANA, SITA NA QUINTA DA CORREDOURA, COVILHÃ, A DESANEXAR AO ARTIGO URBANO N.º 2520 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O N.º 565 DA EXTINTA FREGUESIA DE SÃO PEDRO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Novembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5945 de 2017.11.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Constituição de Parcela de Terreno para Construção Urbana, sita na Quinta da Corredoura, Covilhã, a desanexar ao artigo urbano n.º 2520 da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 565 da extinta Freguesia de São Pedro** foi a mesma **aprovada por maioria, com 36 votos a favor (PS, CDS-PP, PCP e IND) e 4 abstenções (DNCCP e PSD)**. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor Dr. Jorge Fael - Bancada do PCP: “Nós votámos a favor, mas aquilo que consideramos importante é que nesse terreno, a ser loteado, haja a possibilidade de participação pública relativamente ao projecto que ali vier a ser implantado, porque é isso que muitas vezes falta, nomeadamente naquilo que diz respeito à participação das Freguesias. Aquilo que eu acho importante, é a própria Freguesia ser chamada a participar no processo de urbanização que ali vier a ser, eventualmente, concebido.” -----

2.12 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS FREGUESIAS: TEIXOSO E SARZEDO; ORJAIS; CORTES DO MEIO; DOMINGUIO; CANTAR GALO E VILA DO CARVALHO; PERABOA

--- Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, tomadas nas reuniões de 17 de Novembro e 06 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através dos ofícios n.ºs 6209 de 2017.11.20, 6587/8/9/6590 e 6591 de 2017.12.06 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Freguesias – Ano Lectivo 2017/2018** nas matérias relacionadas com a **Contratação de Pessoal para Acompanhamento de Refeições, Actividades de Animação e de Apoio à Família em Jardins de Infância** -foi a mesma **aprovada por maioria, com 34 votos a favor (PS, DNCCP, PSD e IND) e 6 votos contra (CDS-PP e PCP)** e nas matérias relacionadas com a **Gestão da Piscina de Lazer de Teixoso em Actividades estritamente abrangidas pela Concessão** - foi a mesma **aprovada por maioria, com 38 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (Senhora Prof. Doutora Assunção Vaz Patto e o Senhor Carlos Martins Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso)**. -----

2.13 -ELEIÇÃO DE QUATRO REPRESENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

--- Na sequência do disposto nos n.ºs 1,2 e 3, do artigo 83.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que foram apresentadas duas Listas, designadas pelas letras “A” e “B”, propondo como Candidatos:

Lista “A”

EFFECTIVOS

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro
- Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro
- Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes
- Prof. VítorManuel Reis Silva

SUPLENTE

- António Paulo Pereira Ranito
- Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho

Lista “B”

EFFECTIVOS

- Doutor António João dos Reis Rodrigues
- Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto
- Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira
- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira

SUPLENTE

- Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro

Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	19
- Número de votos atribuídos à lista “A”	12
- Número de votos atribuídos à lista “B”	7

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como seus representantes:

EFFECTIVOS

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro
- Doutor António João dos Reis Rodrigues
- Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes
- Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro

SUPLENTE

- Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto
- Prof. VítorManuel Reis Silva

2.14 -ELEIÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

--- Na sequência do ofício CPCJ/383, de 2017.10.24, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo – Câmara Municipal da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do art.º 17.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro.

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foram presentes, à Mesa, duas Listas designadas pelas letras “A” e “B” propondo como Candidatos:

Lista “A”

- Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes
- Dr. José Paulo Pina Simão
- Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha
- Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar

Lista "B"

- Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira
- Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto
- Doutor António João dos Reis Rodrigues
- Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa

Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	31
- Número de votos atribuídos à lista "A"	20
- Número de votos atribuídos à lista "B"	8
- Número de votos em branco	3

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como seus representantes:

- Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes
- Dr. José Paulo Pina Simão
- Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha
- Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar

2.15 -ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O JÚRI DO GALARDÃO MULHERES NOTÁVEIS

--- No âmbito do Plano Intermunicipal para a Igualdade 2017-2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, através do ofício n.º 5642 de 25.10.2017 e seus anexos. ---

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente, à Mesa, uma Lista a propor como Candidatos:

- Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha
- Dr. António Estevão Pitrez Ferreira Lopes

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	31
- Número de votos a favor	20
- Número de votos em branco	10
- Número de votos nulos	1

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como seus representantes:

- Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha
- Dr. António Estevão Pitrez Ferreira Lopes

2.16 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS E UM SUPLENTE PARA O CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

--- Na sequência do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado. -----

--- Foi presente à Mesa, uma lista a propor:

- Pedro Nuno Cunha Leitão, Presidente da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho – Efectivo
- José Alberto Sousa Pais, Presidente da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Suplente

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	31
- Número de votos a favor	24
- Número de votos em branco	6
- Número de votos nulos	1

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão**, Presidente da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho e, como substituto o **Senhor José Alberto Sousa Pais**, Presidente da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo. -----

2.17 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR O NÚCLEO EXECUTIVO DA REDE SOCIAL DA COVILHÃ

--- No âmbito do Programa Rede Social da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, através do ofício n.º 6125 de 15.11.2017. -----

--- Foram presentes, à Mesa, duas Listas designadas pelas letras “A” e “B” propondo como Candidatos:

Lista “A”- José Carlos Varandas Neves Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Dominguiso

Lista “B”- Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	31
- Número de votos atribuídos à lista “A”	19
- Número de votos atribuídos à lista “B”	9
- Número de votos em branco	3

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor José Carlos Varandas Neves Matos**, Presidente da Junta de Freguesia de Dominguiso. -----

2.18 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º-D da Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto, através do ofício n.º 6850 de 18 de Dezembro de 2017 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma lista, propondo como Candidatos os Senhores Presidentes:

- Pedro Nuno Cunha Leitão - União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho
- Eng.º Luís dos Reis Morais - União de Freguesias de Barco e Coutada
- Carlos Alberto Morais Rosa - Junta de Freguesia de Verdelhos
- José Alberto Sousa Pais - União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo
- Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira - Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel

- Submetida, de seguida, a lista a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	31
- Número de votos a favor	28
- Número de votos em branco	3

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como seus representantes os Senhores Presidentes, acima mencionados. -----

2.19 -ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido através do ofício n.º 6852 de 18.12.2017. -----

--- Foi presente à Mesa uma lista a indicar o Senhor Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio. -----

- Submetida, de seguida, a lista a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	31
- Número de votos a favor	26
- Número de votos em branco	5

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio.** ---

2.20 - PROPOSTA DE CANCELAMENTO DA ADESÃO À RUDE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

--- Assunto retirado da Ordem de Trabalhos. -----

2.21 - MINUTAS DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Dezembro de 2017, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 6833 de 2017.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Acordos de Execução com as Freguesias do Concelho da Covilhã** - foi a mesma **aprovada por maioria, com 38 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Foi interveniente o Senhor Paulo José Serra Gonçalves Representante e fundador do Movimento do Partido Ibérico (**doc.17**). -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,